

Projeto garante tabela médica



contrato entre as operadoras de planos de saúde e os médicos, odontólogos e outros profissionais da área, possivelmente terá como piso os valores constantes das tabelas elaboradas pelas entidades nacionais representativas de cada profissão, referendadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Essa é a determinação do substitutivo do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) ao Projeto de Lei 4732/01, que dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.

O projeto, de autoria do deputado Serafim Venzon (PDT-SC), foi aprovado em 13/03/2002, por unanimidade, na Comissão de Seguridade Social e Família. A proposta visa a corrigir uma situação considerada injusta dentro do setor de saúde,

em que planos privados, integrantes do sistema suplementar de saúde, definem os valores a serem pagos para os profissionais da área de maneira unilateral.

"A cobrança de preços exorbitantes dos usuários tem sido acompanhada da imposição de valores aviltantes para os serviços prestados pelos profissionais de saúde", explica o relator.

Na avaliação do parlamentar, além da questão do pagamento de honorários, os reflexos na qualidade da assistência são notórios, constatados pelas queixas contra os planos de saúde que se avolumam nos órgãos de defesa do consumidor. E os profissionais de saúde, assegura Guerra, são impedidos de exercer de forma plena suas profissões porque as operadoras retiram-lhe paulatinamente os instrumentos técnicos e de apoio de diagnóstico indispensáveis ao bom desenvolvimento de suas atividades.

O autor da proposta, deputado Serafim Venzon, criticou decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que considerou "uso de prática cartelizada a imposição, por parte das entidades médicas e ordens profissionais, de tabelas de honorários médicos para os planos de saúde privados".

"Essa decisão gerou um amplo protesto de caráter nacional, pois se constitui numa grande injustiça. Se por um lado as operadoras, com o objetivo de manter e ampliar seus lucros, continuam reajustando seus preços normalmente, repassando os índices inflacionários e os reajustes por faixa etária, por outro há mais de quatro anos não reajustam os honorários dos profissionais credenciados".

O projeto será encaminhado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Hospital recebe equipamento

O ministro da Saúde, Barjas Negri, entregou no dia 19 de abril ao Hospital do Câncer A. C. Camargo, em São Paulo, quatro equipamentos de alta tecnologia para diagnóstico e tratamento de câncer (Mamógrafo com Estereotaxia, uma Ressonância Magnética de 1,5 Tesla, um Ecógrafo com Doppler Colorido, um Acelerador Linear Fótons Dual Energia e Elétrons - Simulador para Tomografia Computadorizada). Os aparelhos foram adquiridos pelo Ministério da Saúde ao custo de US\$ 4,6 milhões (aproximadamente R\$ 10,5 milhões na cotação atual).

A compra e entrega dos equipamentos pelo Ministério fazem parte do Projeto de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar, cujo investimento total é de US\$ 91 milhões (R\$ 209,3 milhões). O objetivo é modernizar o atendimento aos usuários do Sistema Único

de Saúde (SUS) em 56 hospitais de 19 unidades da federação. São hospitais universitários e de entidades filantrópicas considerados referência para o tratamento de câncer.

Os investimentos do Ministério da Saúde no Hospital do Câncer A. C. Camargo vão além dos equipamentos que estão sendo entregues neste momento. No ano passado foram assinados cinco convênios entre o Ministério e a Fundação Antônio Prudente, administradora do hospital. Por estes convênios estão sendo aplicados R\$ 853 mil em recursos federais para manutenção e aquisição de equipamentos e de material permanente em favor ao A. C. Camargo. Todos os equipamentos foram adquiridos por meio de concorrência pública internacional, prevista na Lei 8.666/93, que regula as licitações no país.

Lei beneficia atividade de radiologia

O servidor público federal, estadual ou municipal que trabalha com fonte radioativa por 25 anos nas especialidades de radiodiagnóstico, radioterapia, radioisotopia, medicina nuclear e radiologia industrial terá direito à aposentadoria especial, com proventos integrais. Isso é o que prevê o projeto do deputado Chico da Princesa (PSDB-PR), apresentado em dezembro último.

De acordo com a proposta, o tempo de serviço exercido alternadamente em atividade comum e em atividade com fonte radioativa será contado, segundo critério de equivalência recíproca.

Fonte: Agência Câmara - Ademir Malavazi/PR. Tel: (61) 318-8473 - Fax: (61) 318-2390. E-mail: agencia@camara.gov.br